

Questão Discursiva 05366

Partindo das premissas a seguir lançadas enfrente, com a devida fundamentação, as questões propostas: I) Decisão trântisa em julgado determina o pagamento, por parte de ente público integrante da administração direta, de parcelas trabalhistas de trato sucessivo, sem, contudo, debater ou apreciar o seu termo final. Na liquidação de sentença, e apesar de aberto o prazo de 10(dez) dias fixado em lei, o devedor deixa de impugnar os cálculos elaborados pelo exeqüente, os quais também encerram verbas estranhas aos limites objetivos da coisa julgada. A conta é homologada pelo juízo e, expedido o mandado de citação, a executada embarga a inclusão daquelas verbas não contempladas no título executivo judicial, bem como defende a necessária limitação dos cálculos ao término do vínculo empregatício com o autor, fenômeno decorrente de sua transposição para o regime estatutário local.

Analise se ambos os temas comportam julgamento de mérito, pelo juízo da execução e, independentemente da conclusão, dê o adequado tratamento às matérias.